



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010104-92.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Marcos Roberto Calligaris**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

O exequente MARCOS ROBERTO CALLIGARIS propôs a presente ação para dar cumprimento à sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, movida pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que tramitou pela 12ª Vara Cível de Brasília – DF, já transitada em julgado, que reconheceu o direito aos poupadores à aplicação do IPC incidente sobre o mês de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%.

Juntou documentos (fls. 14/19).

Decisão de fls. 20 determinou para o exequente manifestar-se sobre eventual coisa julgada e má-fé, ante a existência de ação que tramitou perante o Juizado Especial Cível, onde já houve recebimento das diferenças de correção monetária.

É o relatório. Decido.

A hipótese é de reconhecimento de coisa julgada.

O autor ajuizou anteriormente a seguinte ação que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tramitou perante o Juizado Especial Cível dessa Comarca:-
Processo nº 0017493-63.2008.8.26.0566, tendo por objeto a conta poupança nº 200.011.916-0.

Naqueles autos, conforme consulta SAJ, já houve recebimento de diferença de correção monetária relativa ao plano verão.

O documento apresentado pelo exequente às fls. 28, não tem relação com o processo que tramitou perante o Juizado Especial Cível, trata-se de processo que tramitou perante a 1ª Vara Cível desta comarca sem relação com a determinação de fls.20.

Destarte, reconheço a existência de coisa julgada, JULGANDO EXTINTO sem resolução de mérito o presente feito, nos termos do art. 485, V do NCPC.

Custas pelo autor. Sem condenação em honorários sucumbenciais porque o réu não foi citado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 01 de dezembro de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**